

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional

Período de Análise: 01/06/2013 a 30/06/2013

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

A utopia da comida sadia para todos. Carlos Alberto Dória – Folha de São Paulo, Ambiente. 05/06/2013.....	4
"Brasil é exemplo contra o desperdício de comida". Deutsche Welle – Site da Carta Capital, Sociedade. 06/06/2013	5
Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica deve ser lançado em junho – Site do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). 06/06/2013	7
Preço mundial dos alimentos cai ligeiramente em maio, diz FAO. Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 06/06/2013	8
Governo destina R\$ 1,2 bilhão para o PAA no Plano Safra – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 06/06/2013	9
O IPCA e a inflação de alimentos desaceleram. João Sicsú – Site da Carta Capital, Economia. 07/06/2013	11
Filipinas visita Conab para troca de experiência em abastecimento e segurança alimentar – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 10/06/2013 ..	11
Aprovada criação do Fórum Intergestores de Segurança Alimentar e Nutricional – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 12/06/2013	12
Sojicultores agradecem aprovação da soja brasileira geneticamente modificada – Site do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). 13/06/2013	13
Importações globais de alimentos devem ficar estáveis em 2013, diz FAO. Bettina Barros e Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 13/06/2013	13
Safra 2021/22 terá 95% de transgênicos. Lauro Veiga Filho – Valor Econômico, Agronegócios. 13/06/2013	14
Com Bolsa Família, população mais pobre passou a ter alimentação adequada – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 13/06/2013	16
Conab/PA beneficiará 4.412 famílias com 12.136 cestas de alimentos – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 17/06/2013.....	17
Menos pobreza no campo. Sophia Gebrim – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 17/06/2013.....	17
FAO: Produção agrícola triplica, mas subnutrição afeta 12% no mundo. Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 19/06/2013	18
Bolsa Família e PAA são programas federais de maior impacto na segurança alimentar da população mais pobre, diz ministra – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 19/06/2013	19
Governo discute fortalecimento da defesa agropecuária nos estados – Site do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). 20/06/2013	20

PAA: governo do Egito e FAO Brasil conhecem Conab – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 20/06/2013	21
Qualidade dos alimentos, do campo à mesa – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 21/06/2013	22
Uma guerra, enfim. Rui Daher – Site da Carta Capital, Sociedade. 21/06/2013	23
FAO premia Brasil por reduzir a fome e cumprir antecipadamente Objetivo do Milênio – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 21/06/2013.....	25
Anvisa apura irregularidade na aprovação de agrotóxicos – O Estado de São Paulo, Agrotóxicos. 25/06/2013.....	26
Mapa divulga lista de culturas agrícolas que serão monitoradas – Site do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). 28/06/2013	26

A utopia da comida sadia para todos. Carlos Alberto Dória – Folha de São Paulo, Ambiente. 05/06/2013

Palavras como "orgânico", "bio" e "natural" parecem guias seguros desde os anos 1980, quando a confiança na indústria alimentar de tipo fordista foi comprometida no episódio da "vaca louca". Expressam a recusa a um mundo de mentiras do marketing.

No entanto, o sentido original deriva da ideia de um nutricionismo virtuoso propagada no fim do século 19, quando se descobre a importância de matérias orgânicas no processo agrícola, dando origem também ao mercado de fertilizantes artificiais.

Mais tarde, Rudolf Steiner (1861-1925) formula as noções de uma agricultura biodinâmica, conferindo sentido moral ao embate entre agricultura "natural" e "artificial".

Por mais que esse discurso soe religioso, o recente hambúrguer de carne de cavalo revelou como a indústria nos ludibria e os governos são coniventes, mostrando como o único caminho é cair fora e reforçar vias alternativas.

Acontece que esse mundo não está ao alcance de quem vive em metrópoles, alimentando utopias como a de hortas urbanas comunitárias. Para fritar berinjela "orgânica" precisamos escolher o óleo com menor teor de gorduras saturadas. O de canola é alardeado assim. Parece sair de uma florzinha inocente, mas canola é sigla de um produto feito da colza transgênica.

É impossível que nos esclareçamos em um mundo que produz milhares de produtos novos todos os anos, identificados por etiquetas que nada dizem de útil. Há sempre um deficit de informação contra o consumidor, que navega no escuro, levado pelo vento das boas intenções.

Estima-se que existam no mundo mais de 1,2 milhão de produtores "orgânicos", cujos produtos são consumidos em 97% na Europa e nos EUA.

Os supermercados não poderiam ignorar algo desse tamanho. Assim, a linha "orgânica" ganhou cidadania no "mainstream", apoiada na vaga noção do consumidor "reflexivo", apontado como alguém instruído e de renda alta, disposto a pagar mais.

Esse nicho está longe de ser a alavanca crítica capaz de transformar o mercado alimentar, de exigir o controle de organismos geneticamente modificados, de pesticidas e o fim de acidentes como o da "vaca louca".

Essas coisas dizem respeito à saúde pública e põem em questão a eficácia política de quem luta por alimentação sadia. Não se pode admitir que o mercado ofereça coisas sadias e coisas contaminadas, lado a lado nas gôndolas, com uma vantagem de preços para os produtos do agronegócio contaminante.

Contudo, o que prospera é a opção pela produção local, política e nutricionalmente correta, mas de baixo impacto nas estruturas de poder que regem a produção das grandes massas urbanas.

Os grandes chefs têm sinalizado as possibilidades de uma alimentação de qualidade, inclusive baseada na incorporação de plantas não convencionais. Involuntariamente, eles reforçam a crítica ao estilo fordista de agronegócio. Mas são incapazes de liderar um novo modelo de produção, que escapa ao escopo dos restaurantes.

Com consumidores "conscientes", mas passivos, governos cúmplices do agronegócio e utopistas de toda espécie, que forças impulsionarão a mudança da indústria em direção à qualidade?

Justamente por não parecer haver saída é que as utopias estacionam no nível das escolhas individuais que são, por definição, egoístas.

Antropólogos mostram como a angústia alimentar produz essas visagens modernas: dieta mediterrânea, comida orgânica etc. Ideias de saúde (e de imortalidade) governam os homens numa sociedade na qual seus corpos são alocados como força produtiva por tempo determinado.

Daí a eficácia das estratégias escapistas; daí a necessidade de se compreender que é preciso um novo padrão de vida coletiva que inclua o controle da indústria alimentar. Talvez as palavras-chave sejam "vigilância" e "denúncia", mais do que "orgânico" e "escolha".

"Brasil é exemplo contra o desperdício de comida". Deutsche Welle – Site da Carta Capital, Sociedade. 06/06/2013

Robert van Otterdijk, diretor da campanha da ONU contra perda de alimentos, afirma que 33% do que é produzido é jogado fora

Por ano, o mundo joga fora 1,3 bilhão de toneladas de alimento. Países ricos e pobres desperdiçam comida na mesma proporção – cerca de um terço do que é produzido – mas por motivos diferentes, como alerta Robert van Otterdijk, do Programa das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

Em entrevista por e-mail à DW, Van Otterijk explica que, nas nações ricas, o que ocorre é um descarte de alimentos, enquanto nos países em desenvolvimento ocorre um desperdício por conta de falhas na infraestrutura. E nesse sentido, afirma, o Brasil é um dos líderes no combate ao problema.

"Para cada alimento que vai para o lixo, também são desperdiçadas terra, água, fertilizante, energia e trabalho usado na produção", diz Otterijk, um dos coordenadores da campanha *Pensar, Comer, Conservar: Diga não ao desperdício*. O tema foi o escolhido pelas Nações Unidas para o dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado nesta quarta-feira (05/06).

Deutsche Welle: Qual a diferença entre o desperdício e a perda de alimentos?

Robert van Otterdijk: Perda de alimento e desperdício referem-se à redução quantitativa ou qualitativa do alimento disponível para consumo humano por meio da cadeia de abastecimento agrícola. Essa redução ainda é considerada perda ou desperdício mesmo

que essa sobra seja redirecionada para alimentação de animais ou vire adubo. Qualquer produto agrícola destinado ao consumo humano, mas que tenha outro fim, é considerado perda ou desperdício.

Perdas quantitativas referem-se à queda da produção agrícola, por exemplo, 7 toneladas de batata em vez de 10. Já a perda qualitativa tem a ver com alteração das propriedades físicas dos produtos agrícola, como queda de valor nutricional, da cor e da consistência.

A perda de alimento está relacionada à diminuição desintencional da produção agrícola. É normalmente resultado da ineficiência da cadeia alimentícia, da colheita feita de forma imprópria, do armazenamento inadequado, falta de infraestrutura e falta de acesso aos mercados. Tudo isso acontece tipicamente durante a produção agrícola e nos estágios de processamento da cadeia.

O descarte não intencional de produtos agrícolas tem várias causas. Um produtor pode achar que os preços estão muito baixos para cobrir os custos da colheita e do transporte e, por isso, deixar que a produção estrague no campo. Um supermercado pode descartar batatas velhas porque os clientes compram somente as que acabaram de chegar, mesmo que as mais antigas estejam boas para o consumo.

Perda de alimento, portanto, refere-se à remoção acidental de comida dessa grande cadeia, tipicamente conduzida por produtores rurais ou por aqueles que processam o alimento nos primeiros estágios dessa cadeia. Desperdício de alimento refere-se ao descarte deliberado de comida da cadeia alimentícia, conduzido tipicamente por varejistas e consumidores no fim da cadeia.

As estatísticas apontam que 1,3 bilhão de toneladas de alimento são desperdiçadas por ano. De onde vem esses números? Como é possível fazer um cálculo desse?

O estudo da FAO sobre perda e desperdício de alimento no mundo foi um metaestudo baseado em dados disponíveis sobre esses temas. Isso significa que estudos existentes foram analisados, e as perdas em diferentes regiões e para diferentes produtos foram calculadas. O dado aponta que o desperdício mundial de alimento é de um terço, aproximadamente 33% é uma perda total média.

No entanto, a maioria desses estudos foi feita com metodologias diferentes e suas conclusões podem, portanto, variar. Em algumas áreas e para alguns grupos de produtos não existiam estudos disponíveis. Nesses casos, os números foram calculados com base em informações similares quanto à geografia, área sociopolítica e produtos com qualidades similares.

Uma das principais tarefas da iniciativa *Save Food* (Pensar, Comer, Conservar) é agora analisar cadeias específicas em países específicos – como a cadeia do milho no Quênia e a cadeia do feijão na Índia – e ver se os resultados conferem com as estimativas. Nós também trabalhamos com parceiros, instituições de pesquisas e governos para desenvolver uma metodologia unificada. Poderemos, no futuro, comparar esses estudos mais diretamente entre os diferentes setores e fronteiras geográficas.

O mundo está consciente desse problema ou a FAO está buscando provocar uma reação?

A consciência mundial está aumentando gradativamente. A FAO e outros parceiros trabalham há 40 anos nas perdas pós-colheita. No início, não se notava a enorme escala do desperdício e da perda porque as intervenções eram localizadas. Foi somente após o estudo global, quando essas questões foram colocadas em uma escala mundial, que se percebeu o tamanho do problema. Ou, falando de outra maneira, o potencial que a redução do desperdício na produção tem para a produção mundial.

Vocês têm dados sobre o desperdício no Brasil?

O Brasil é um dos países líderes quando se trata de combater a perda e o desperdício de alimentos. O projeto *Fome Zero* é famoso em todo o mundo e foi fundado pelo atual diretor-geral da FAO, José Graziano da Silva. O programa tem como objetivo garantir a segurança alimentar e nutricional do Brasil.

Com base na constatação de que uma única intervenção não poderia resolver o problema, 30 programas complementares foram criados, incluindo novas leis, subsídios de comida, apoio à agricultura familiar, alimentação escolar, aulas de culinária e alimentação saudável, melhoria dos mecanismos do mercado de alimentos e redução de desperdício. Juntas, essas iniciativas reduziram a desnutrição crônica no Brasil em 30%, com melhorias nas condições de vida e aumento da geração de renda em muitas das áreas mais pobres do país.

O Ministério da Agricultura e o Serviço Social da Indústria (SESI) continuam com o programa de educação alimentar lançado em 2008 e estão ajudando outros países a aprenderem com essas experiências. Estudos separados sobre as perdas de alimentos e resíduos no Brasil serão lançados. O país também trabalha na iniciativa *Diga não ao desperdício* e no desenvolvimento da metodologia para que tenhamos resultados comparáveis, como mencionado anteriormente.

Quem são os culpados por tanto desperdício?

A resposta mais rápida é: todos nós. Perdas e desperdício ocorrem praticamente em todas as partes da cadeia da indústria alimentícia e mudanças precisam ser implementadas em todos os lugares, desde a produção, malha rodoviária, armazenamento, mercados, distribuição, venda no varejo e comportamento do consumidor. Alterações nas leis e regulamentações precisam acontecer para facilitar isso.

Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica deve ser lançado em junho – Site do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). 06/06/2013

Durante entrevista ao Programa Conexão Ciência, coordenador de Agroecologia do Mapa defendeu adesão do produtor à práticas sustentáveis

O coordenador de Agroecologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Rogério Dias, participou do Programa Conexão Ciência da TV NBR e falou sobre o sistema orgânico de produção. Segundo ele, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica deve ser lançado ainda este mês pelo Governo Federal.

A produção orgânica vegetal e animal se caracteriza pelo uso responsável dos recursos naturais. Durante o processo não se utilizam agrotóxicos, adubos químicos ou substâncias sintéticas. Rogério Dias explica que o objetivo é produzir em parceria com a natureza e não contra a natureza. “Dentro da agroecologia existe uma visão do completo, da paisagem, do espaço em que estou. O que se deseja é que o produtor incorpore gradativamente as práticas nesse processo, que a gente chama de transição agroecológica”, salientou.

Sobre o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, Dias fala que vários atores do governo estarão envolvidos para preparar as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), instituída em agosto de 2012 pela Presidência da República. “São dez ministérios, mais as vinculadas como a Conab e Embrapa. Cada um dentro dos seus espaços de atuação. As ações do governo precisam estar integradas”, disse.

Para ele, é preciso um conjunto de medidas, de curto, médio e longo prazo. “A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica é uma forma do Governo mostrar que reconhece a importância do desenvolvimento sustentável no país. Estamos nos preparando para lançar em junho o primeiro plano nacional, que deixará claro quais são as iniciativas, o que vai ser feito, quem vai fazer, quanto dinheiro vai ser disponibilizado e quais são as metas para que a sociedade possa cobrar”, ressaltou.

Preço mundial dos alimentos cai ligeiramente em maio, diz FAO. Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 06/06/2013

SÃO PAULO - Os preços mundiais dos alimentos caíram ligeiramente em maio na comparação com o mês anterior, principalmente devido ao declínio nos preços dos produtos lácteos e do açúcar que compensaram um aumento nos valores médios dos cereais, divulgou hoje a Agência das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

O índice de preços da FAO, que mede a variação mensal dos preços internacionais de uma cesta de produtos alimentares, ficou em 215,2 pontos em maio na comparação com a leitura de 215,8 em abril. O índice está agora 10% inferior ao seu pico, em fevereiro de 2011.

Em maio do ano passado, o indicador era de 204,8 pontos.

O índice que mede a variação de preços dos laticínios ficou em 249,8 pontos em maio, uma queda de quase 10 pontos na comparação com o mês anterior. "Entre os produtos que compõem o índice, o leite em pó desnatado experimentou a maior queda, seguido da manteiga e do leite em pó integral, enquanto isso, o preço médio do queijo cheddar aumentou ligeiramente", diz o relatório.

O índice de preços do açúcar ficou em 250 pontos em maio, 2,6 pontos menor que o registro de abril. As condições climáticas favoráveis no Brasil, que impulsionaram a

colheita da cana, pressionaram os preços do açúcar para baixo. "De modo geral, a queda reflete a perspectiva de produção abundante combinada com uma menor demanda", disse a FAO no relatório.

Do lado oposto ao comportamento dos açúcares e laticínios, o preço médio dos cereais subiu em maio. O índice de cereais da FAO ficou em 238,9 pontos no mês, um aumento de 4,3 pontos na comparação com abril. "O aumento do mês passado foi responsabilidade principalmehnte da forte recuperação no milho. Trigo e arroz tiveram os preços praticamente inalterados", diz a FAO.

O índice de óleos e gorduras da FAO, assim como o indicador para carnes, permaneceram inalterados na comparação mensal. O de óleos ficou em 199 pontos, enquanto o de carnes registrou 179,3 pontos.

Governo destina R\$ 1,2 bilhão para o PAA no Plano Safra – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 06/06/2013

Programa que estimula a inclusão produtiva e a sustentabilidade teve limites de compra ampliados. Na modalidade de Doação Simultânea, o limite individual passou de R\$ 4,5 mil para R\$ 5,5 mil e de R\$ 4,8 mil para R\$ 6,5 mil para organização fornecedora

Brasília, 5 – O governo federal prevê investimento de R\$ 1,2 bilhão com a ampliação dos limites de compra da agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que completa 10 anos em julho deste ano. Na modalidade de Doação Simultânea, o limite individual passou de R\$ 4,5 mil para R\$ 5,5 mil e de R\$ 4,8 mil para R\$ 6,5 mil para organização fornecedora.

As novas medidas de acesso ao PAA, que estimulam a inclusão produtiva e a sustentabilidade, foram apresentadas durante o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2013/2014, nesta quinta-feira (6), em Brasília. No total, os agricultores familiares terão à disposição crédito de R\$ 39 bilhões – incluindo o valor previsto para o PAA – para financiar a produção agrícola na próxima temporada.

O PAA permite que agricultores familiares vendam seus produtos ao governo. No ano passado, foram investidos R\$ 970 milhões na aquisição dessa produção destinada a escolas ou doada a creches, asilos, comunidades terapêuticas e à população em vulnerabilidade social. Em 2012, cerca de 20 mil entidades receberam os produtos disponibilizados pelo PAA. Essas compras também são usadas para formar estoques públicos e compor cestas de alimentos distribuídas a grupos populacionais específicos ou ainda em ações emergenciais.

Durante a solenidade, a presidenta da República, Dilma Rousseff, destacou o papel do PAA, ao lado do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar. "Eles são elemento central no nosso modelo de agricultura

familiar.” Segundo ela, esses mecanismos garantem a demanda, permitindo que o agricultor possa produzir porque terá comprador.

A ampliação dos limites beneficiará as famílias que participam do PAA por meio da modalidade de compra por Doação Simultânea, na qual os produtos da agricultura familiar são distribuídos pela rede socioassistencial, em operação executada com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

De acordo com o secretário executivo do MDS, Marcelo Cardona, a medida também tem o objetivo de gerar mais oportunidades às famílias do campo. “Queremos estimular que eles acessem outros mercados, que se insiram produtivamente no mercado com a compra garantida que tem do governo federal.”

As novas regras priorizam ainda as propostas que contiverem produtos orgânicos, agroecológicos ou da sociobiodiversidade, além de favorecer as organizações de produtores com 50% de fornecedores inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

“Além de recuperar a capacidade de renda, a capacidade de compra, o governo federal está sinalizando para os agricultores que tem interesse em projetos que gerem inclusão produtiva e promovam a produção sustentável. Com essas medidas, o PAA também está dando sua contribuição ao desenvolvimento social e ambiental do país”, diz o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Arnaldo de Campos.

Alimentação animal – O PAA passará a atender aos agricultores familiares na aquisição de produtos para alimentação animal. O programa vai beneficiar as localidades com declaração de situação de emergência ou comprovado estado de calamidade, respeitando o limite de até 5% de seu orçamento. Também poderão ser adquiridas e doadas sementes e mudas de produtos destinados à alimentação animal. A inclusão desse tipo de compra no PAA se deve à grande perda de rebanhos nas regiões atingidas pela seca, que chegam a cerca de 50% em alguns municípios do Semiárido.

Em 10 anos de PAA, o volume de recursos aplicados anualmente aumentou 670%, passando de R\$ 143 milhões, em 2003, para R\$ 970 milhões, em 2012. Nesse período, foram repassados um total de R\$ 5 bilhões, o que possibilitou a aquisição de 3,5 milhões de toneladas de produtos.

Cerca de 50% dos agricultores familiares que vendem a produção para o PAA estão inscritos no Cadastro Único. Com as novas regras do programa, o governo prevê um aumento nesse grupo de beneficiários.

A lista de produtos comprados pelo programa soma mais de 3 mil itens, com maior presença de leite e derivados (28%), hortaliças (16%) e frutas (12%). Somente em 2012, cerca de 20 mil entidades da agricultura familiar participaram do PAA, sendo que quase a metade desse público vive no Nordeste (44%), seguido do Sul (24%), Sudeste (20%), Norte (8%) e Centro-Oeste (4%).

“Nesses 10 anos, o PAA foi um grande motor de fortalecimento da agricultura familiar, de estímulo à organização econômica, de promoção da agricultura familiar e de garantia do acesso à alimentação. Temos o objetivo de qualificar ainda mais o programa para que ele possa cumprir a sua missão de prover a sociedade de alimentos, cada vez mais diversificados, cada vez mais saudáveis, e fortalecer esse segmento tão importante para o desenvolvimento do país, que é a agricultura familiar”, ressalta Arnaldo de Campos.

O IPCA e a inflação de alimentos desaceleram. João Sicsú – Site da Carta Capital, Economia. 07/06/2013

A inflação, medida pela variação do IPCA, mostrou desaceleração no mês de maio. A inflação de maio foi de 0,31%, a de abril tinha sido 0,57%. Nos últimos meses, a inflação estava sendo pressionada pela alta dos preços dos alimentos. De forma consecutiva, a inflação dos alimentos superava a alta dos demais preços da economia. Em maio, a inflação de alimentos desacelerou em virtude da chegada de safras agrícolas recordes aos mercados. Contribuiu também para a queda a desoneração da cesta básica realizada em abril. Em maio, a alta dos preços dos alimentos foi de 0,31%, inferior a inflação medida pelo IPCA.

Para o mês de junho outro fator deve pressionar a inflação: é o reajuste dos transportes urbanos em grandes cidades brasileiras. Portanto, somente para o segundo semestre é esperado uma desaceleração consistente. É provável que a inflação do ano fique entre 5,5 e 6%.

O Banco Central e o governo estão atentos para manter a inflação sob controle. O Banco Central aumentou a taxa de juros básica da economia de 7,25 para 8% ao ano. Com esta política monetária o Banco Central deve estar tentando atuar sobre as expectativas inflacionárias – já que é sabido que juros mais elevados não podem, por exemplo, conter o preço do tomate ou as tarifas de ônibus.

Filipinas visita Conab para troca de experiência em abastecimento e segurança alimentar – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 10/06/2013

A expertise da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) nas áreas de política agrícola, abastecimento e segurança alimentar será repassada à Filipinas. Este é o compromisso entre a Companhia e o governo filipino, que negocia a viabilização de um Acordo de Cooperação Técnica.

“Queremos aprender mais sobre a maneira como a Conab concilia as ações de regulação de estoques com as medidas voltadas aos programas sociais”, afirmou a ministra do Departamento do Desenvolvimento Social e Bem Estar das Filipinas, Corazon Juliano-Soliman. A comitiva demonstrou especial interesse nas questões relativas à execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com destaque para a definição de preço

dos produtos comercializados no Programa, e na forma como a companhia conduz a comunicação com o agricultor familiar.

Durante a visita de trabalho, o presidente da Companhia, Rubens Rodrigues dos Santos, lembrou a evolução do PAA nos 10 anos de realização do programa e ressaltou. “O atual desafio é fazer com que os agricultores atendidos pelo PAA agreguem valor aos seus produtos”, destacou.

Além da Ministra, a delegação filipina contou com o ministro do Departamento da Reforma Agrária, Virgilio de Los Reyes, com a gerente do programa de transferência de renda das Filipinas do Departamento de Assistência e Desenvolvimento Social (DSDW), Rodora Babaran, e demais representantes do governo. O grupo foi recebido pelo presidente da Conab, pelos diretores de Operações e Abastecimento, Marcelo Melo, e Administrativo, Financeiro e de Fiscalização, João Carlos Bona Garcia, e pela superintendente de Apoio à Agricultura Familiar, Kelma Cruz.

Aprovada criação do Fórum Intergestores de Segurança Alimentar e Nutricional – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 12/06/2013

Decisão da Caisan contribuirá para acelerar o envolvimento dos estados e municípios com o governo federal na elaboração de ações voltadas à área

Brasília, 12 – Para reforçar ações de segurança alimentar e garantir que a população tenha acesso a alimentos adequados e saudáveis, a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) aprovou, nesta quarta-feira (12), a criação do Fórum Intergestores de Segurança Alimentar e Nutricional. Ele vai permitir a definição de prioridades e de integração de ações do governo federal, estados e municípios.

O secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arnaldo de Campos, disse que o tema da segurança alimentar e nutricional é intersetorial e tem ações que envolvem educação, saúde, assistência social, desenvolvimento agrário, agricultura, municípios e estados. “Hoje, demos um passo importante para acelerar o envolvimento do governo federal com estados e municípios. Isso faz com que nosso sistema de segurança alimentar ganhe mais força e capacidade de ação.”

Além do MDS e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), participaram da reunião representantes dos 20 ministérios que compõem a Caisan.

A Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional tem a finalidade de promover a articulação e a integração dos órgãos e entidades da administração pública federal na área da segurança alimentar e nutricional. Entre as atribuições, estão a elaboração e o monitoramento da política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PlanSan); interlocução e pactuação com órgãos e entidades do governo federal sobre gestão e integração dos programas do plano.

Sojicultores agradecem aprovação da soja brasileira geneticamente modificada – Site do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). 13/06/2013

Antônio Andrade recebeu em seu gabinete representantes dos produtores de soja

Representantes das associações de produtores de soja reuniram-se nesta quinta-feira com o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Antônio Andrade, para agradecer o empenho do governo na aprovação, pelo governo chinês, de três variedades de soja geneticamente modificada de interesse do Brasil.

Nesta semana, a China aprovou a Intacta RR2 PRO, que têm a propriedade de supressão da população de lagartas e causam muitos danos às lavouras de soja no Brasil, a CV127 e a Liberty Link.

Antônio Andrade lembrou que a aprovação torna-se ainda mais significativa em função da propagação da lagarta *Helicoverpa armigera* em vários Estados do Brasil. Conforme o ministro, as novas sementes aprovadas pelo governo chinês já tinham seu uso autorizado no Brasil e em outros mercados, mas os produtores de soja e a empresa detentora da tecnologia estavam aguardando a aprovação chinesa, pelo fato de a China ser o principal mercado comprador da soja brasileira.

“Essa decisão era ansiosamente aguardada pelos sojicultores brasileiros, visto que as empresas têm poucas semanas para embalar e distribuir o produto, a tempo do plantio da nova safra”, destacou Andrade.

Importações globais de alimentos devem ficar estáveis em 2013, diz FAO. Bettina Barros e Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 13/06/2013

SÃO PAULO - As importações globais de alimentos deverão atingir US\$ 1,09 trilhão em 2013, segundo o relatório bianual “Panorama Econômico” da FAO, divulgado hoje. O resultado estaria próximo ao que se registrou em 2012, mas representa uma queda de 13% em relação à conta de 2011. Segundo a agência da ONU, os gastos mais baixos com açúcar e óleos vegetais compensarão a alta de custos para laticínios, peixes e carnes em geral.

“A estabilidade dos gastos globais com importações de alimentos mascaram movimentos consideráveis de altas de alguns produtos”, alertou a FAO. “Os custos com fretes, que acreditamos que não irão mudar significativamente em relação a 2012, também contribuíram para essa estabilidade”.

De acordo com o relatório, os custos de importação de proteína animal podem subir 8%, para US\$ 354 bilhões, particularmente no segmento de pescados e laticínios. Isso se deve tanto a um volume maior comercializado quanto à alta dos preços destes produtos.

Óleos vegetais e gordura animal, por sua vez, podem recuar de US\$ 99,1 bilhões em 2012 para US\$ 92,8 bilhões este ano, enquanto o açúcar deverá cair de US\$ 47 bilhões para US\$ 38,7 bilhões.

O relatório aponta ainda que os custos para comprar verduras e frutas deverá permanecer estável, subindo US\$ 1,2 bilhão, para US\$ 191,8 bilhões.

Safra 2021/22 terá 95% de transgênicos. Lauro Veiga Filho – Valor Econômico, Agronegócios. 13/06/2013

Nas últimas cinco safras, a área de soja destinada ao plantio de variedades transgênicas no país aumentou quase 73%, segundo levantamento da consultoria Céleres, saindo de 13,9 milhões de hectares, equivalente a menos de 65% do espaço total ocupado pelo grão no ciclo 2008/09, para 24 milhões de hectares, passando a representar 88,6% da área cultivada na safra 2012/13. O plantio total acumulou variação de 26% no período. Mais de 15 empresas, entre companhias públicas e organizações privadas, disputam esse mercado, que tende a continuar avançando pelo menos até o início da próxima década, embora numa velocidade mais contida.

Nas projeções de Jorge Eduardo Attie Hubaide, analista da Céleres, na safra 2021/22 praticamente 95% dos 33,4 milhões de hectares a serem ocupados pela oleaginosa deverão ser reservados para cultivares alterados geneticamente em laboratório, aproximando-se de 31,7 milhões de hectares - cerca de 32% mais do que no ciclo atual.

No mundo todo, a indústria de sementes movimenta em torno de US\$ 45 bilhões, segundo estimativa da International Seed Federation (ISF) e o Brasil exibe uma participação de 5,8%, o que o torna o quarto maior mercado, correspondendo a um faturamento próximo a US\$ 2,625 bilhões conforme dados de 2011 da ISF, perdendo para Estados Unidos, China e França. Os dois primeiros dominam praticamente 47% desse mercado, com fatia de 26,7% para o primeiro e de 20,1% para os chineses.

Os 16 maiores grupos multinacionais, ainda segundo a ISF, concentraram, naquele ano, perto de 58% de toda a movimentação financeira do setor, num valor aproximado de US\$ 26,1 bilhões, representando um avanço de quase 60% em relação a 2007. Tomando-se exclusivamente as receitas geradas no negócio de sementes, a Monsanto surge na liderança com faturamento de US\$ 8,582 bilhões, seguida pela DuPont/Pioneer, que faturou US\$ 6,300 bilhões em 2011.

Na comparação com 2007, as receitas das duas companhias aumentaram, pela ordem, 72,9% e 88,1%. A suíça Syngenta faturou US\$ 3,185 bilhões e ocupou a terceira colocação, acumulando um incremento de 57,8% na mesma comparação. As três líderes dominavam, portanto, pouco mais de 40% do mercado global.

Num cruzamento entre os dados da Associação Brasileira de Sementes e Mudanças e aqueles levantados pela Céleres, a demanda por sementes de soja transgênica no Brasil teria mais do que triplicado entre as safras 2005/06 e 2011/12, saltando de algo em torno de 270 mil para mais de 860 mil toneladas, estimando-se o uso médio de 50 quilos de semente por hectare e uma participação das variedades transgênicas evoluindo de

40,4% para 85,7%. Para 2013, a expectativa é de um aumento em torno de 12% no uso de cultivares geneticamente modificados.

Os investimentos em transgenia, especificamente na área da soja, são crescentes, conforme avaliam Francisco Aragão, pesquisador responsável pelo laboratório de engenharia genética da Embrapa Recursos Genéticos, e Claudimir Abatti, líder do programa de melhoramento de soja da Monsanto. Aragão estima que o desenvolvimento de uma nova cultivar de soja exija investimentos entre US\$ 40 milhões e US\$ 100 milhões. "Os custos maiores estão no desenvolvimento da tecnologia, nos ensaios de biossegurança e em todo o processo regulatório global", destaca.

"Para se chegar a uma variedade nova são necessários nove a 12 anos de pesquisas. Apenas a etapa de melhoramento genético clássico de sementes geneticamente modificadas significa investimentos superiores a US\$ 1 milhão em equipamentos de pesquisa e mão de obra qualificada", acrescenta Abatti. Mas a pesquisa de um evento biotecnológico e a identificação do gene específico, que vai assegurar à planta as características desejadas, os recursos somam cifras muito mais expressivas, afirma o pesquisador. Globalmente, apenas a Monsanto destaca aproximadamente US\$ 1,4 bilhão por ano para investimentos em suas atividades de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias e produtos para o campo.

Nos últimos 10 anos, subsidiária da companhia no Brasil recebeu investimentos superiores a US\$ 1 bilhão, destinados aos setores de biotecnologia e sementes, defensivos agrícolas e ao desenvolvimento de novas tecnologias em suas 29 unidades de pesquisa, processamento de sementes e produção de herbicidas espalhadas por 12 Estados.

Conforme Abatti, é necessário manter uma variedade no mercado por um período de cinco a oito anos para assegurar o retorno dos recursos investidos pela empresa, que no ano passado realizou um faturamento de R\$ 3,4 bilhões em sua operação brasileira e ocupa uma fatia de 20% no mercado de sementes de soja, incluindo variedades convencionais e transgênicas. "A perspectiva é de avanço contínuo desse mercado, diante da crescente demanda mundial por alimentos, mas a taxas menos acentuadas do que na safra passada", espera Abatti.

A soja Roundup Ready (RR), tolerante a herbicidas à base de glifosato, foi a primeira cultivar transgênica a desembarcar no mercado, em 2005. "Cerca de 80% dos cultivares usados no cultivo da soja a cada safra já embutem a tecnologia RR", observa Abatti. Aprovada em 2010 pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CNTBio), a soja Intacta RR2 PRO, que inclui além da tolerância ao glifosato também a resistência a lagartas da soja, falsa medideira, broca das axilas, das maçãs e as do gênero *Helicoverpa*, aguarda a manifestação final do governo chinês para chegar ao mercado.

A cultivar, já referendada por órgãos reguladores de mais de 40 países, passou por uma fase de testes em fazendas de 350 municípios de 14 Estados brasileiros no ciclo 2012/13. "O melhoramento clássico permite um ganho anual de produtividade

equivalente a meia saca de soja por hectare. Com a Intacta, atingimos um ganho extra de cinco a seis sacas por hectare", afirma Abatti.

Numa visão mais crítica em relação aos transgênicos, o agrônomo Gabriel Bianconi Fernandes, assessor técnico da AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, contesta o processo que permitiu a entrada dos transgênicos no país. Numa primeira fase, relembra ele, uma série de medidas provisórias buscou regularizar o uso de sementes de soja geneticamente modificadas contrabandeadas da Argentina. Em 2005, a Lei 11.105 regularizou o uso de organismos transgênicos no país. "Observe-se que a decisão partiu do Congresso Nacional e não de um órgão técnico, evidenciando a ausência de estudos prévios de impactos à saúde e ao meio ambiente", afirma.

O avanço das variedades geneticamente modificadas deu-se ainda como resultado, entre outros fatores, do recuo de empresas como a Embrapa, que "tem dado preferência a convênios com grandes empresas", aponta Gabriel Fernandes.

Com Bolsa Família, população mais pobre passou a ter alimentação adequada – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 13/06/2013

Pesquisador da Universidade Católica de Brasília destaca que programa do governo federal garante consumo digno para essas pessoas, além de ter impacto nas áreas de educação e saúde

Brasília, 13 – O acesso à alimentação adequada para uma parcela da população que estava alijada de qualquer oportunidade. Este é o principal efeito do Bolsa Família para o sociólogo Hamilton Richard Santos, pesquisador da Universidade Católica de Brasília. O programa de transferência de renda do governo federal destina mais de R\$ 2 bilhões por mês a 13,8 milhões de famílias em todos os municípios brasileiros.

Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Bolsa Família completa 10 anos em outubro deste ano.

“Antes do Bolsa Família, essas pessoas não tinham acesso a um consumo digno, o que significa o mínimo para atender as necessidades calóricas. É uma questão de dignidade”, destaca o sociólogo, que trabalha com a questão racial.

Além da transferência de renda, Santos ressalta o estímulo às políticas transversais de educação e saúde. A manutenção do benefício está vinculada à frequência escolar e ao acompanhamento de saúde das famílias atendidas.

“Os dados mostram a diferença no acesso à saúde”, diz Santos. Entre 2006 e 2007, ele participou de um processo que acompanhava uma comunidade carente. Segundo o sociólogo, um dos grandes problemas era o acesso aos postos de saúde. “Com o programa, o beneficiário se torna proativo, busca o posto de saúde.”

No bimestre de fevereiro e março deste ano, 14,7 milhões de alunos beneficiários, ou 97% dos 15,1 milhões com registro de informação no sistema, cumpriram os índices de frequência mínima exigida.

A agenda de saúde de 8,6 milhões de famílias foi acompanhada no segundo semestre de 2012. Esse total representa 73% dos 11,8 milhões de famílias que se enquadravam no critério de saúde à época.

De acordo com Santos, o programa não provoca acomodação em seus beneficiários. “Quem faz essa crítica é um estrato social que não pensa em políticas públicas para os grupos excluídos.” O sociólogo defende a expansão das políticas transversais pelo governo.

Conab/PA beneficiará 4.412 famílias com 12.136 cestas de alimentos – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 17/06/2013

Com o objetivo de levar alimentos a grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social, a Companhia Nacional de Abastecimento no Pará (Conab/PA) fará a doação de 12.136 cestas de alimentos a 4.412 famílias das Comunidades Tradicionais de Matriz Africana de Belém, Quilombolas do Amapá, Quilombolas Maria Ribeira e do Movimento atingidos por Barragens (MAB). A ação é resultado do Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

As cestas são compostas por oito tipos de alimentos, totalizando 25 kg por cesta. Os produtos adquiridos de agricultores familiares por meio do Programa de Aquisição de Alimentos são arroz, açúcar e leite em pó. Os demais itens, como feijão, farinha de mandioca, óleo de soja, flocos de milho e macarrão, são oriundos dos leilões de compra. No total, serão doados 304 mil quilos de alimentos.

A distribuição dos alimentos começa nesta segunda-feira (17), com entrega de 7.230 cestas a 2.410 famílias do MAB. Seguindo o cronograma, 836 famílias dos Quilombolas do Amapá receberão 2.508 cestas no próximo dia 19. E, fechando a semana, na sexta-feira (21), serão entregues 198 cestas para 66 famílias dos Quilombolas Maria Ribeira.

As Comunidades Tradicionais de Matriz Africana de Belém receberão as cestas em três etapas, nos 21, 24 e 27 deste mês, por meio do Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro brasileira (Intecab), Instituto Nangetu de Tradição Afro-Religiosa e Desenvolvimento Social e a Associação Afro religiosa e Cultural Ilê Iaba Omi (Acyiomi).

Menos pobreza no campo. Sophia Gebrim – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 17/06/2013

Seminário promovido pela FAO discute cooperação técnica para beneficiar a América

As melhores práticas agroambientais para redução da pobreza rural e políticas públicas de fomento a essas iniciativas foram discutidas no Seminário Políticas Agroambientais Brasileiras para a Segurança Alimentar e o Combate à Fome, encerrado neste sábado (15/06), na Universidade Nacional de Bogotá (Colômbia). O encontro, realizado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) integra as ações da cooperação técnica firmado em 2012 com o objetivo de promover estudos e trocas de experiências em países da América Latina e Caribe, representados no projeto por Brasil, Chile, Colômbia, México e Nicarágua.

“Durante o encontro foi possível avaliar e discutir com especialistas colombianos as políticas públicas agroambientais desenvolvidas naquele país, e o seminário teve como base estudo financiado pelo projeto e desenvolvido por especialista colombiano que sistematizou casos de políticas agroambientais exitosas”, detalhou o gerente de Políticas Agroambientais da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Moisés Savian. A ação contribuiu para o fortalecimento de políticas públicas agroambientais como ferramenta para reduzir a pobreza rural e a insegurança alimentar nos países da região latinoamericana.

Para Saivan, com o compartilhamento das experiências poderão ser geradas e desenvolvidas políticas que contribuam para o desenvolvimento rural sustentável, tanto no Brasil como nos demais países da região. “A documentação, a sistematização e a validação das boas políticas e práticas agroambientais, bem como o intercâmbio das lições aprendidas, possibilitarão exemplos concretos de experiências exitosas que poderão ser adaptadas e implementadas de acordo com os contextos de cada país”, explicou.

FAO: Produção agrícola triplica, mas subnutrição afeta 12% no mundo. Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 19/06/2013

SÃO PAULO - A produção agrícola mundial triplicou nos últimos 50 anos, por meio de maiores rendimentos por unidade de terra e a oferta global de alimentos per capita também cresceu, de 2.200 calorias por dia no início de 1960 para mais de 2.800 calorias por dia em 2009. “Com 3.370 calorias por pessoa por dia, a Europa tem atualmente a média mais alta de oferta de alimentos per capita”, traz a Agência para Agricultura e Alimentação da ONU (FAO) em seu anuário estatístico sobre agricultura, suas consequências nas mudanças climáticas e as tendências sobre fome e desnutrição no mundo.

Os grãos ocupam mais da metade da área cultivada em todo o mundo e são a fonte mais importante de alimentos para consumo humano. Dos 2,3 bilhões de toneladas de grãos produzidos a cada ano, 1 bilhão são destinados ao consumo humano, 750 milhões de toneladas são utilizados como ração animal e 500 milhões de toneladas são processadas pela indústria, usados como semente ou desperdiçados.

Em relação as tendências econômicas do setor, a FAO afirma que, depois de uma década de crescimento lento em 1990, os gastos globais em pesquisa e desenvolvimento agrícola aumentaram continuamente de US\$ 26,1 bilhões em 2000 para US\$ 31,7 bilhões em 2008. “A maior parte deste aumento foi gerada nos países em desenvolvimento. China e Índia são responsáveis por quase metade desse crescimento, mas outros países, especialmente Argentina, Brasil, Irã, Nigéria e Rússia, também aumentou significativamente os gastos públicos para P&D na agricultura.”

Sobre a emissão de gases que geram efeito estufa provenientes da agricultura, a FAO afirma que houve um crescimento de 1,6% ao ano durante a década de 2000 na emissão. “Entre as várias atividades agrícolas, a pecuária e o uso de fertilizantes sintéticos são os principais contribuintes para este crescimento”, diz a FAO no livro.

Em relação a fome e a desnutrição, a publicação afirma que cerca de 870 milhões de pessoas, 12,5% da população mundial estavam subnutridas no período 2010-2012, a maioria (852 milhões) em países em desenvolvimento. “Entre 2005 e 2011, um em cada quatro países africanos sofreu um atraso na velocidade de crescimento de pelo menos 40%. Estas taxas também ultrapassaram 40% de atraso no Sul e Sudeste da Ásia durante o mesmo período, com picos na Índia, Laos, Nepal e Timor-Leste.”

Bolsa Família e PAA são programas federais de maior impacto na segurança alimentar da população mais pobre, diz ministra – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 19/06/2013

Tereza Campello fez um balanço das principais conquistas do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nos últimos 10 anos. Segundo ela, o Programa de Cisternas também avançou rapidamente nesse período

Brasília, 19 – O Bolsa Família e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) foram os programas que mais contribuíram, nos últimos 10 anos, para a melhora na qualidade da alimentação da população mais pobre, segundo a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello. Nesta quarta-feira (19), ela participou da 10ª plenária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), em Brasília. A ministra fez um balanço dos principais avanços e conquistas nessa área, durante um painel de avaliação dos 10 anos do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

Para Tereza Campello, em uma política multidimensional, como a que envolve a segurança alimentar e nutricional, é preciso priorizar ações e evitar a pulverização de recursos, para que se alcancem resultados em grande escala. “Decidimos priorizar, no âmbito do governo federal, a transferência de renda, por meio do Bolsa Família, e a compra e redistribuição de alimentos da agricultura familiar, com o PAA, porque acreditamos que são ações simples e de grande impacto na alimentação dos brasileiros mais pobres.”

O estudo sobre a contribuição do Bolsa Família na redução dos índices de mortalidade infantil no Brasil, publicado recentemente na revista britânica *The Lancet* – publicação científica que é referência mundial –, foi citado por Tereza Campello para ilustrar o tamanho do impacto da transferência de renda condicionada na segurança alimentar das famílias beneficiárias, especialmente das crianças. “Já tínhamos estudos comprovando que a alimentação era o principal item em que essas famílias aplicavam o dinheiro do programa. As condicionalidades de saúde, com o acompanhamento pré-natal e a vacinação das crianças, também foram analisadas”, acrescentou a ministra. “Agora, esse novo estudo comprova como isso contribuiu para um resultado em escala nacional.”

Tereza Campello ressaltou ainda que o governo federal está aumentando a cada ano os investimentos no PAA, um programa que, embora não seja diretamente ligado à área de segurança alimentar, tem repercussão direta sobre ela. “Estamos ampliando as modalidades de compra governamental, fortalecendo a organização dos agricultores em cooperativas e investindo na produção de alimentos orgânicos, além de priorizar segmentos mais vulneráveis à insegurança alimentar na distribuição dos produtos adquiridos”, enumerou.

Outra conquista dos últimos 10 anos é a atenção especial do governo federal para a universalização do acesso à água, com a construção de cisternas de consumo e de produção. Segundo a ministra, a alteração dos marcos legais permite a ampliação mais rápida do Programa Cisternas, com a vantagem de aproveitar uma tecnologia social de baixo custo e facilmente replicável. “Estamos construindo 400 cisternas por dia. Isso é um avanço rápido rumo às metas do Brasil Sem Miséria.”

Homenagem – Durante a plenária do Consea, Tereza Campello recebeu uma homenagem da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que completa seu 20º aniversário. A organização presenteou, com bonecos-símbolos da campanha, personalidades diretamente envolvidas com as ações de combate à fome e à miséria.

Fundada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, a Ação da Cidadania trabalha para estimular a participação cidadã na construção e melhoria das políticas públicas sociais. Tereza Campello afirmou que, no Brasil, a agenda de combate à fome e promoção da segurança alimentar e nutricional ganhou força graças à campanha de Betinho. “A comemoração desses 20 anos de trabalho representa o nosso esforço para avançar cada vez mais nessa agenda.”

Governo discute fortalecimento da defesa agropecuária nos estados – Site do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). 20/06/2013

Em 2013, R\$ 150 milhões serão utilizados para aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais de inspeção

As agências de sanidade agropecuária estaduais vão definir as prioridades para a utilização dos R\$ 150 milhões previstos para o Sistema Unificado de Atenção à

Sanidade Agropecuária (Suasa), em 2013. O tema foi discutido durante encontro nesta quinta-feira, 20 de junho, em Brasília, entre integrantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária (Fonesa), que representa os estados das cinco regiões brasileiras.

Ao todo, o Brasil possui mais de 4,7 mil escritórios de atendimento à comunidade entre agências e órgãos executores de sanidade agropecuária. Devido às diferenças estruturais entre elas, a Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) do Mapa vai abrir um sistema para o estabelecimento de convênios com os estados. O objetivo é aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos serviços.

“Por meio dos convênios, são os estados que definem quais são as necessidades locais para melhorar o processo de inspeção”, explica o secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Ênio Marques.

Produtos inspecionados por qualquer instância do sistema Suasa podem ser comercializados em todo o território nacional, além de garantirem a capacitação de profissionais para inspecionarem produtos alimentícios a partir de padrões internacionais.

Em 2012, o Mapa celebrou convênio com o governo do Rio Grande do Sul para investir R\$ 2 milhões na reestruturação e implementação do Suasa no estado. Com duração de um ano, a parceria vai garantir melhor qualidade nos alimentos, produtos mais seguros e proteção da economia brasileira.

Além do Suasa, o encontro do Fonesa com representantes do Mapa discutirá outras pautas nesta sexta-feira, como a criação de uma comissão com a finalidade de apresentar aos gestores estaduais a necessidade de adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-POA).

PAA: governo do Egito e FAO Brasil conhecem Conab – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 20/06/2013

A Companhia Nacional de Alimentos (Conab) recebeu nesta quinta-feira (20), representantes do Conselho de Segurança Alimentar do Egito. Um representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação no Brasil (FAO Brasil) acompanhou a missão.

A delegação tinha como objetivo conhecer políticas que servirão de exemplo para assegurar a segurança alimentar do Egito, em especial a execução do Programa de Aquisição da Agricultura Familiar.

Para entender melhor o funcionamento do Programa, o grupo visitou a cooperativa Rede Terra, que fornece produtos para o PAA, e uma entidade de assistência social beneficiada pelas doações dos alimentos adquiridos pela Conab.

O Programa de Aquisição de Alimentos é uma das ações do Fome Zero. O programa adquire alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, até o limite de R\$ 6.500,00 ao ano por organização de agricultores familiares.

Os alimentos adquiridos são destinados às comunidades indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e atingidos por barragens, para abastecimento da rede sócio assistencial e também dos equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional como os restaurantes populares e as cozinhas comunitárias.

PGPM

A delegação egípcia também demonstrou interesse em compreender os mecanismos da Política de Preços Mínimos (PGPM), uma importante ferramenta para impulsionar a agricultura e regularizar o abastecimento.

A cada safra, as diretrizes da PGPM são coordenadas, elaboradas, acompanhadas e avaliadas para garantir segurança alimentar e a comercialização dos produtos agropecuários.

Qualidade dos alimentos, do campo à mesa – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 21/06/2013

O Seminário "Nossos Alimentos: do Campo à Mesa", que acontece nesta segunda-feira, 24 de junho, a partir das 8h, na sede da Epagri em Florianópolis, pretende atualizar informações sobre a produção, comercialização e abastecimento de alimentos, destacando novidades do setor, com ênfase na qualidade e resgate da tradição.

O evento foi organizado pela Associação dos Engenheiros Agrônomos da Grande Florianópolis (AEGRO), pelo Comitê de Defesa do Consumidor Organizado (Deconor) e Associação Biodinâmica do Sul (ABDSUL), com apoio do CREA/SC e Epagri.

O evento inicia com a apresentação pelo Ministério Público de SC do Projeto de Análise de Agrotóxicos nos Alimentos, que objetiva levantar a situação da contaminação em diversas regiões do Estado. Em seguida, a Cidasc vai apresentar a pesquisa feita nos alimentos orgânicos, também verificando a possível ocorrência de contaminação.

Outro assunto de destaque é a recente implantação em SC, de modo pioneiro no Brasil, do sistema de rastreabilidade em alimentos comercializados nas redes estaduais de supermercados. O sistema permite ao consumidor verificar, pelo celular, a origem do

produto, além de obter informações do produtor, do local de produção e prazo de validade, entre outras, inclusive visualizando na telinha do aparelho fotos e dados.

A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB/SC) e a delegacia estadual do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) vão mostrar as estratégias governamentais para a compra e armazenagem de alimentos diretamente dos agricultores familiares, com ênfase no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), através da Comissão Estadual da Produção Orgânica (CEPOrg), vai falar sobre a legislação dos alimentos, destacando a nova Lei dos Orgânicos.

A Prefeitura Municipal de Florianópolis apresentará o projeto de alimentação escolar baseado na compra de alimentos locais e regionais e a Epagri vai mostrar o Projeto de Desenvolvimento Territorial Sustentável, que visa valorizar a cultura e a culinária dos pequenos agricultores e pescadores. Abordando a qualidade, o representante da UFSC vai falar sobre itens de segurança, passando pelos aspectos do consumo do alimento fresco e os diversos hábitos alimentares e a necessidade do processamento de alimentos. O evento finalizará com a palestra de representante do Slow food, movimento que iniciou na Itália e hoje está presente em diversos países e que objetiva resgatar os alimentos mais tradicionais dos países e regiões.

Uma guerra, enfim. Rui Daher – Site da Carta Capital, Sociedade. 21/06/2013

Para sociólogo, combate à fome passa pela proibição da especulação em commodities, o perdão das dívidas dos mais pobres e pela agricultura familiar

Nascido em 1934, Jean Ziegler foi relator especial da ONU para o direito à alimentação, entre 2000 e 2008. É sua a frase: “Cada criança que morre de fome é uma criança assassinada”. A FAO revela que esse crime ocorre no planeta a cada cinco segundos.

O sociólogo suíço esteve recentemente no Brasil para lançar seu livro “Destruição em Massa – Geopolítica da Fome” (Cortez Editora, 2013), que atualiza obras seminais do brasileiro Josué de Castro (1908-1973), como “Geografia da Fome” (1946), “Geopolítica da Fome” (1951) e o romance “Homens e Caranguejos” (1967), entre outras.

Lembrete: médico, nutrólogo, geógrafo, cientista social, escritor e político, o pernambucano Josué de Castro dedicou a vida ao combate à fome. Teve seus direitos políticos cassados pelo golpe de 1964 e se exilou em Paris, onde morreu.

Se parte desse passado é melhor esquecer, a realidade que Ziegler nos mostra, tanto no livro como na entrevista que concedeu à revista Caros Amigos (edição 195/junho 2013), é de uma atualidade incontestável.

É comum folhas e telas cotidianas, federações agropecuárias, consultorias econômicas e mesmo instituições internacionais, mostrarem-se preocupadas com a segurança alimentar quando o Carnaval 2050 chegar.

Até lá, a população mundial é prevista alcançar nove bilhões e a nossa malha ferroviária, provavelmente, terá a mesma extensão de hoje, diferente dos sambódromos do País, que estarão interligados para o Grande Desfile Nacional de Escolas de Samba, ainda com exclusividade de registro pela TV Globo.

Não se iludam. Tal horizonte serve, sobretudo, a justificar interesses vários atualíssimos: especulação imobiliária com terras agricultáveis em países pobres, avanço sobre áreas de preservação ambiental, incremento no uso de agroquímicos para obtenção de produtividade, concentração do comércio nas mãos de megatraders internacionais, ampliação da concentração fundiária e consequente redução de empreendimentos familiares.

Mantém-se assim um modelo de produção e distribuição falho, que pouco abandonou as raízes colonialistas.

Na balada até 2050, para atender o apetite do planeta com segurança alimentar, a produção mundial precisaria crescer 60 a 70%, conforme o humor semanal estatístico da FAO.

Maior parte dessa carga estaria reservada aos aptos ombros brasileiros que, orgulhosamente, sentem-se gentis e varonis, Pátria amada, Brasil.

Não seria necessário tanto esforço. Nem ter-se devastado tanto os solos, fauna e flora mundiais se tivéssemos usado os vastos conhecimento e tecnologia humanos para reduzir, pelo menos à metade, o desperdício de alimentos – entre 25% e 30% - e sua má distribuição pelas regiões mais pobres.

Não é de agora que a fome ronda cerca de um bilhão de pessoas. Nem se ignora que a atual produção de alimentos daria para alimentar toda a população mundial com a saudável ração média de 2,2 mil calorias-dia por adulto.

Peço calma aos mais glutões: ainda assim sobraria para quem quisesse repetir o mocotó.

Essa bênção, no entanto, afetaria os seis grandes grupos que controlam mais de 2/3 do mercado mundial de alimentos, verticalizados dos pés às cabeças de suas indústrias, estruturas de transporte, armazenagem e pesquisas. O mesmo para as indústrias de insumos agroquímicos.

Já não seria o bastante? Afinal, desde que globalizado, o capitalismo está em processo de acelerada concentração econômica.

Infelizmente, não.

Vivaldino, o capital financeiro passou a se interessar pelas commodities agrícolas, tornando-as acessíveis à especulação, o que fez os preços dos alimentos, calculados desde o ano 2000 mensalmente pela FAO, crescerem quase duas vezes e meia para o agregado de carnes, cereais, derivados de leite, óleos, gorduras e açúcar.

O braço da ONU para agricultura e alimentação, que hoje tem como diretor-geral, o brasileiro José Graziano da Silva, relaciona 62 países com déficit alimentar: 39 na África; 17 na Ásia; 3 nas Américas; e 3 na Oceania.

Para Jean Ziegler, a solução poderia ser resolvida pacificamente com três ações: proibindo a especulação em bolsas com commodities agrícolas; perdendo as dívidas externas dos países mais pobres; investindo em agricultura familiar.

Uma guerra, enfim.

FAO premia Brasil por reduzir a fome e cumprir antecipadamente Objetivo do Milênio – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 21/06/2013

Secretário do MDS atribui às ações do Plano Brasil Sem Miséria e ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) o mérito pelo alcance da meta de diminuir pela metade o número de famintos no país três anos antes do prazo

Brasília, 21 – A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) premiou o Brasil e mais 37 países pelo cumprimento antecipado do primeiro Objetivo do Milênio, que visa reduzir pela metade a fome no país, até 2015. A premiação foi entregue nesta semana em cerimônia na sede da FAO, em Roma. O reconhecimento formal da meta atingida considerou a diferença do número de famintos entre 1990 e 1992 e entre 2010 e 2012.

Ações do Plano Brasil Sem Miséria – de acesso a serviços, de garantia de renda, inclusão produtiva e de busca ativa - têm contribuído para o atingimento desse objetivo, como aponta o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arnoldo de Campos. “A fome não é resultado de um único problema, de uma única situação. Um conjunto de iniciativas do governo federal permitiu que o Brasil atingisse a meta de forma rápida”, avalia.

Arnoldo de Campos também ressaltou a colaboração do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que compra a produção de famílias de agricultores de baixa renda e promove a distribuição dos alimentos a outras famílias em situação de vulnerabilidade por meio de mais de 20 mil instituições. Os produtos também abastecem o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que leva refeições a cerca de 40 milhões de alunos das escolas públicas. “Todo o esforço do governo federal de apoiar a agricultura familiar permite uma produção de alimentos de forma diversificada e descentralizada”,

afirma.

O secretário de Segurança Alimentar destacou a experiência brasileira conquistada ao longo dos últimos 10 anos e que tem sido exportada para outros países da América Latina, da Ásia e da África. Além do Brasil, já cumpriram a meta de redução da fome, segundo a FAO: Armênia, Azerbaijão, Cuba, Djibuti, Geórgia, Gana, Guiana, Kuwait, Quirguistão, Nicarágua, Peru, São Vicente e Granadinas, Samoa, São Tomé e Príncipe, Tailândia, Turcomenistão, Venezuela, Vietnã, Argélia, Angola, Bangladesh, Benin, Camboja, Camarões, Chile, República Dominicana, Fiji, Honduras, Indonésia, Jordânia, Malawi, Maldivas, Níger, Nigéria, Panamá, Togo e Uruguai.

Anvisa apura irregularidade na aprovação de agrotóxicos – O Estado de São Paulo, Agrotóxicos. 25/06/2013

Além dos seis agrotóxicos autorizados irregularmente pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) no ano passado, sindicância da estatal nos demais processos de aprovação concluiu que outros 23 produtos começaram a ser vendidos no país sem passar por todas as etapas da análise regulamentar - que identificam, por exemplo, se o defensivo representa risco à saúde dos consumidores.

De acordo com informações da Anvisa, a auditoria criada a pedido de seu diretor-presidente para auditar os processos da agência relativos aos Informes de Avaliação Toxicológica avaliou 205 processos, sendo que em 23 foram identificados problemas envolvendo incorreções processuais, além dos seis detectados no fim do ano passado.

À época, o então gerente-geral de Toxicologia da agência, Luiz Cláudio Meirelles, denunciou que seis agrotóxicos receberam autorização para serem comercializados no mercado brasileiro mesmo sem receberem todos os pareceres exigidos pela área.

A Anvisa informou, ainda, que o relatório foi encaminhado para a Controladoria-Geral da União (CGU), para o Tribunal de Contas da União (TCU), para Ministério Público Federal (MPOF) e para Polícia Federal. Os nomes dos produtos ou dos fabricantes não serão divulgados até deliberação da diretoria da Anvisa.

Quando Meirelles fez sua denúncia, no fim do ano passado, os três órgãos responsáveis pela regulamentação desses produtos no país - Anvisa, Ibama e Ministério da Agricultura - divulgaram nota conjunta defendendo seu sistema de avaliação.

Mapa divulga lista de culturas agrícolas que serão monitoradas – Site do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). 28/06/2013

Norma contém os limites máximos de resíduos de praguicidas e contaminantes permitidos em cada produto de origem vegetal

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) publicou no Diário Oficial da União, dessa quinta-feira, 27 de junho, a lista de 21 culturas agrícolas do ano safra 2013/2014 que serão monitoradas em relação à quantidade de resíduos de praguicidas e contaminantes.

A medida tem por objetivo monitorar os produtos diretamente nos centros de distribuição, nas empresas responsáveis pelo beneficiamento e embalagem dessas culturas e nos produtores rurais, de forma a evitar que o consumidor tenha contato com alimentos que não estejam dentro dos padrões de segurança estabelecidos.

A Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, incluindo os Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros), serão os responsáveis por analisar as amostras de acordo com as diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC) dos produtos de origem vegetal.

A quantidade de culturas citadas na Instrução Normativa deve aumentar anualmente até a obtenção de um diagnóstico amplo sobre a qualidade sanitária das principais culturas agrícolas produzidas e consumidas no Brasil. As chamadas “culturas não amplamente cultivadas” ou “minor crops”, como por exemplo pimentão, alface e tomate, também estão contempladas no escopo de interesse do PNCRC.

No início de junho, o Mapa lançou o Manual de Coleta de Amostras do PNCRC em produtos de Origem Vegetal com as diretrizes técnicas que devem ser seguidas durante a coleta de amostras que serão analisadas pela Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa